



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



Declaração Política | Julho

Zuraida Soares

Na Escola Básica e Integrada Roberto Ivens, as condições de higiene e segurança alimentar, bem como a disponibilização de uma refeição quente aos alunos, estão seriamente ameaçadas.

Perante a solicitação do Conselho Executivo, de um orçamento suplementar de 100.000 euros para resolver o problema, a resposta da Secretaria Regional da Educação é lapidar: não há dinheiro, logo, é indeferido o pedido.

Esta foi a resposta burocrática e fria da Secretaria Regional de um governo que nos enche de propaganda sobre o empenho e a necessidade vital da educação e formação, como peça decisiva para o presente e o futuro da Região.

Sobre as ditas intenções, estamos de acordo, mas o que a vida mostra é que a propaganda não tem correspondência com a prática.

Numa altura de crise social tão intensa na nossa Região, atingindo um desemprego record, a que se soma uma precariedade no trabalho gigantesca, aliada aos ordenados mais baixos do País (já de si baixos), todos estes ingredientes - para lá da frieza da macro economia - são indicadores do desespero, pobreza, necessidades e dificuldades que grassam em milhares de lares nos Açores.

Mas, para o Governo Regional, tudo vai bem. Nem, ao menos, o mais baixo ranking global de atraso nos indicadores nacionais de escolarização e qualificação, para efeitos de estatística, o perturba.

A não existência de condições para facultar a todos os alunos, pelo menos, uma refeição quente, em todas as escolas da Região, se, já de si, em condições normais, é um grave atentado aos direitos das crianças e jovens - pois todos sabemos os malefícios que uma má nutrição acarreta no desenvolvimento harmonioso de uma criança -, em tempos de crise aguda, como a que vivemos, é uma afronta.

Mas a resposta dos gabinetes, é taxativa: não há dinheiro e tudo corre com normalidade. Exactamente quando a situação exige medidas excepcionais e o arregaçar de mangas, pois o que está em causa são aqueles que mais sofrem hoje com a crise e as políticas actuais: as crianças e as classes mais desfavorecidas.

A forma como o Governo Regional e, em particular, a Secretaria Regional da Educação, tratou o caso da Roberto Ivens é elucidativa, e pode e deve ser referenciada, como um exemplo do que se passa na escola pública, na Região.

Lembremos, também, a saga dos manuais escolares grátis, promessa antiga do Presidente do Governo Regional, ainda hoje por cumprir na íntegra, sendo que a parte cumprida está plena

1

Faial: Rua Marcelino Lima, 9901 - 858 Horta | Telf: 292207612 | Fax: 292292271 | email: gpbefaial@alra.pt

São Miguel: Rua José M R Amaral, 9500 - 078, Ponta Delgada | Telf: 296204252 | Fax: 296629429 | email: gpbesmiguel@alra.pt

Terceira: Rua de São Pedro 106/8, 9700 – 187 Angra do Heroísmo | Telf: 2954046 | Fax: 295628230 | email: gpbeterceira@alra.pt



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores

de constrangimentos e limitações.



‘Estamos trabalhando no assunto’, ‘Roma e Pavia não se fizeram num dia’, ‘temos limitações orçamentais’, são as respostas dos governantes.

As mesmas limitações orçamentais servem para perpetuar, na precariedade, cerca de 500 professores, estando alguns com 10 anos desta situação e a maioria entre os 4 e 6 anos.

Para além da insegurança na vida pessoal destes profissionais, há que considerar a inevitável perturbação, no seu desempenho, que esta situação acarreta, por maior que seja o profissionalismo que imponham a si próprios.

Mais uma vez, os destinatários são as crianças e jovens, que não têm, nem refeições completas, nem manuais, nem, sobretudo, um sistema proactivo de apoio social, nas escolas, integrado com o contexto familiar.

‘Não podemos fazer mais’, ‘o dinheiro não é elástico’, já todos ouvimos estas justificações, mesmo tratando-se de Educação, o futuro de qualquer país e, por maioria de razão, de uma Região como os Açores.

Mas nós afirmamos que esta desculpa é uma falácia.

Não há 100.000 euros para uma escola pública, mas há 5 milhões e 600.000 mil de euros – acrescidos de mais 4 milhões e 700 mil euros de fundos comunitários) para apoio a uma escola privada com fins lucrativos, que cobra mensalidades de 300 euros e mais, ou seja, quase o ordenado líquido que muitos milhares de açorianos e açorianas levam para casa.

E, como se não bastasse, levam mais 15 mil metros quadrados de terreno e, mesmo sem abrir, já protocolizaram apoios de entidades públicas para precaver o futuro próximo.

Isto só tem um nome: escândalo.

Não se trata de uma iniciativa empresarial que traga mais-valias para a Região, nem do ponto de vista científico ou tecnológico, nem da atracção de mais-valias culturais e turísticas, ou até de substituição de importações.

Trata-se de, pura e simplesmente, com o dinheiro público, construir uma escola para as crianças e jovens das famílias abastadas, cavando mais o défice de oportunidades para quem nasceu em outros berços.

Além de que esta iniciativa tem outra virtualidade: retira a pressão para suprir as carências da escola pública e quem lá fica que tenha paciência e que se agunte.

Para o Bloco de Esquerda/Açores podem e devem florescer mil escolas privadas, mas não pagas com o dinheiro público, porque, na prática, tal significa retirar a quem precisa para dar a quem já tem.



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



Portanto, não venham com a ladainha de que não há dinheiro; o dinheiro existe, tanto na Região, como no País, não tem é a utilização correcta, até porque é sempre para os mesmos.

A Tetrapi é o exemplo de como é a governação socialista: para os poderosos, é uma governação magnânima, solícita, disponível, flexível mas, para os que menos têm, é lenta, burocrática, fria e zelosa das regras.

Contudo e infelizmente, a Tetrapi não é o único exemplo.

Para a Asta, é a complacência: prorrogam-se prazos atrás de prazos, mesmo perante a indignidade reiterada e constante dos atrasos, no pagamento aos trabalhadores que estão em Lay-off. Neste caso, o Governo tudo compreende e perdoa.

Ao Grupo Paim, o Governo Regional oferece a exploração de uma estância termal, pelo preço mensal do aluguer de um quarto.

Para a Cofaco, de novo a compreensão e até o afago benevolente, para quem recebeu dinheiros públicos avultados e depois trata os/as trabalhadores/as como peças descartáveis.

Perante o despedimento dos trabalhadores responsáveis pela segurança, nos aeroportos de Ponta Delgada e da Horta, já não é só a compreensão, mas também a ajuda ao próprio despedimento.

Estes penosos e tristes exemplos são o traço da governação socialista: trabalha sempre para os mesmos, aqui como na República, onde agora, acolitado pelo PSD, esmifra até ao tutano quem trabalha e permite novos 600 milionários, num só ano e, ainda por cima, de crise.

Estamos a findar um ano legislativo mas, lamentavelmente, com estas políticas e práticas, continuamos a cavar o fosso das desigualdades sociais e a condenar – mais uma vez e sempre - os mesmos a dificuldades redobrada.

Ponta Delgada, 13 de Julho de 2010